

Orçamentos Familiares

2015/2016

60% das despesas das famílias são em habitação, transportes e alimentação

De acordo com os dados definitivos do Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016, a despesa total anual média dos agregados familiares foi de 20 363€, menos 28€ do que a despesa média obtida em 2010/2011 (20 391€). Em conjunto, as três principais componentes da despesa (habitação, alimentação e transportes) concentravam 60,3% da despesa total anual média das famílias residentes em Portugal em 2015/2016 ou seja mais 3,3 pontos percentuais (p.p.) relativamente ao início da década (57,0%).

A despesa total anual média dos agregados com crianças dependentes (25 254€) era cerca de 44% superior à dos agregados sem crianças dependentes (17 494€).

Por região NUTS II, apenas o valor da despesa anual média da Área Metropolitana de Lisboa (23 148€) ultrapassava a média da despesa nacional (20 363€). O valor médio mais baixo situava-se em 16 856€, registado na Região Autónoma dos Açores.

Nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira registaram-se em 2014 taxas de risco de pobreza subjacente ao rendimento total¹ superiores a 20%. Estas duas regiões, a par da Área Metropolitana de Lisboa, registavam também coeficientes regionais de desigualdade superiores ao valor nacional.

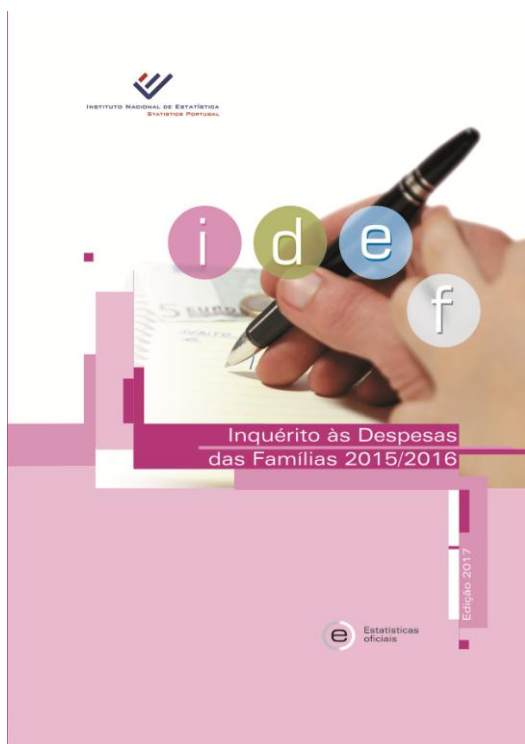
Os rendimentos não monetários tiveram em 2014 um papel "equalizador" e de atenuação do fenómeno da pobreza e da exclusão social. Os rendimentos não monetários, correspondentes a autoconsumo, autoabastecimento, autolocação e recebimentos e salários em géneros, com um peso de 22,2% no rendimento total das famílias, permitiram uma redução de 3,4 p.p. no coeficiente de Gini e de 3,3 p.p. na taxa de risco de pobreza em 2014.

Faz-se notar que os dados relativos à despesa são definitivos, refletindo apenas ajustamentos face aos provisórios, divulgados em dezembro de 2016; os dados relativos ao rendimento total, pobreza e desigualdade, e a bens de conforto, são agora divulgados pela primeira vez.

O Instituto Nacional de Estatística divulga os dados definitivos do Inquérito às Despesas das Famílias (IDEF) 2015/2016 sobre a estrutura das despesas e distribuição dos rendimentos dos agregados familiares residentes em Portugal, e ainda sobre as condições de conforto dos mesmos agregados familiares.

O IDEF é realizado pelo INE a cada cinco anos com vista a atualizar periodicamente o volume e a estrutura da despesa das famílias, sendo neste sentido, um elemento importante para determinar a estrutura de consumo necessária ao Índice de Preços no Consumidor e fornecer informação para o computo do consumo final das famílias no âmbito das

¹ O rendimento apurado no IDEF 2015/2016 corresponde ao rendimento total, que inclui os rendimentos monetários e não monetários. Neste sentido, as taxas de risco de pobreza e os coeficientes de Gini calculados são diferentes dos indicadores de referência calculados no ICOR (EU-SILC) que consideram a distribuição dos rendimentos monetários.



Contas Nacionais Portuguesas. A par deste objetivo, fornece informação sobre quantidades consumidas de bens alimentares para a construção da Balança Alimentar e concorre para a informação relativa a *Household Budget Survey* no âmbito da UE. O IDEF 2015/2016 foi realizado entre março de 2015 e março de 2016 junto de uma amostra representativa dos agregados familiares residentes no país, com estratificação regional.

Os resultados estatísticos agora apresentados têm carácter definitivo, nomeadamente os dados das despesas anuais médias por agregado familiar face aos dados provisórios publicados em dezembro de 2016.

A informação estatística encontra-se organizada em cinco dimensões: a partição dos agregados familiares de acordo com diferentes características socioeconómicas; a despesa anual média por agregado

familiar; o rendimento médio por agregado familiar; o rendimento por adulto equivalente, a pobreza e a desigualdade; e ainda alguns indicadores de conforto. A [publicação](#) integra ainda um capítulo sobre a metodologia de amostragem e estimação de resultados.

Em 5 anos, reduziu-se o peso das despesas com alimentação e aumentou o das despesas com habitação

De acordo com os resultados do IDEF 2015/2016, a despesa total anual média por agregado residente em Portugal foi de 20 363€, o que equivale a uma redução de 0,1% relativamente à despesa anual média de 20 391€ em 2010/2011.

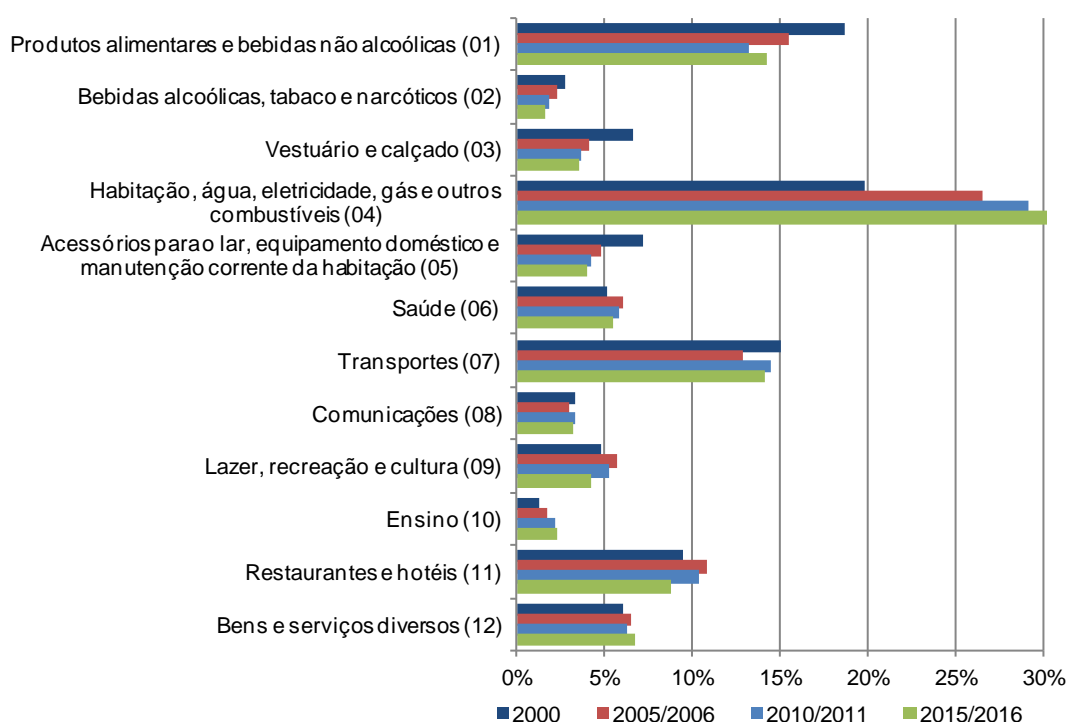
Figura 1: Despesa total anual média por agregado e divisões da COICOP, Portugal, 2015/2016



Fonte: Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016

Do total de despesas em 2015/2016, 31,9% destinava-se a “Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis” (6 501€), 14,3% a despesas em “Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” (2 914€), e 14,1% a despesas em “Transportes” (2 863€). Em conjunto, a despesa nestas três componentes da COICOP concentrava 60,3% da despesa total anual média das famílias residentes em 2015/2016, o que representa um aumento de 3,3 p.p. relativamente ao início da década (57,0%).

Figura 2: Estrutura da despesa total anual média por agregado, por divisões da COICOP, Portugal, 2000, 2005/2006, 2010/2011 e 2015/2016



Fonte: Inquérito às Despesas das Famílias 2000, 2005/2006, 2010/2011, 2015/2016

A concentração das despesas nestas classes mantinha o perfil da estrutura da despesa observado nas famílias portuguesas desde o início deste século, embora com perda da importância relativa das despesas com “Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas”. Estas despesas representavam 18,7% em 2000, 15,5% no período 2005/2006, 13,3% em 2010/2011 e 14,3% em 2015/2016, ou seja, menos 4,4 p.p. do que em 2000. Paralelamente, e no mesmo período, o peso das despesas com “Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis” aumentou de 19,8% em 2000 para 31,9% em 2015/2016.

A restante estrutura da despesa total anual média dos agregados por divisão da COICOP manteve-se próxima da verificada em 2010/2011, salientando-se todavia a redução da importância das despesas com “Restaurantes e hotéis” (-1,6 p.p. entre 2010/2011 e 2015/2016) e com “Lazer, recreação e cultura” (-1,1 p.p.).

Despesa média mais elevada na Área Metropolitana de Lisboa; mais baixa na Região Autónoma dos Açores

Por regiões NUTS II, a análise dos resultados do IDEF 2015/2016 indicam que as famílias residentes na Área Metropolitana de Lisboa tinham o valor mais elevado (23 148€) para a despesa total anual média, em nível significativamente superior à média nacional (20 363€).

Figura 3: Despesa total anual média por agregado, NUTS II, 2015/2016

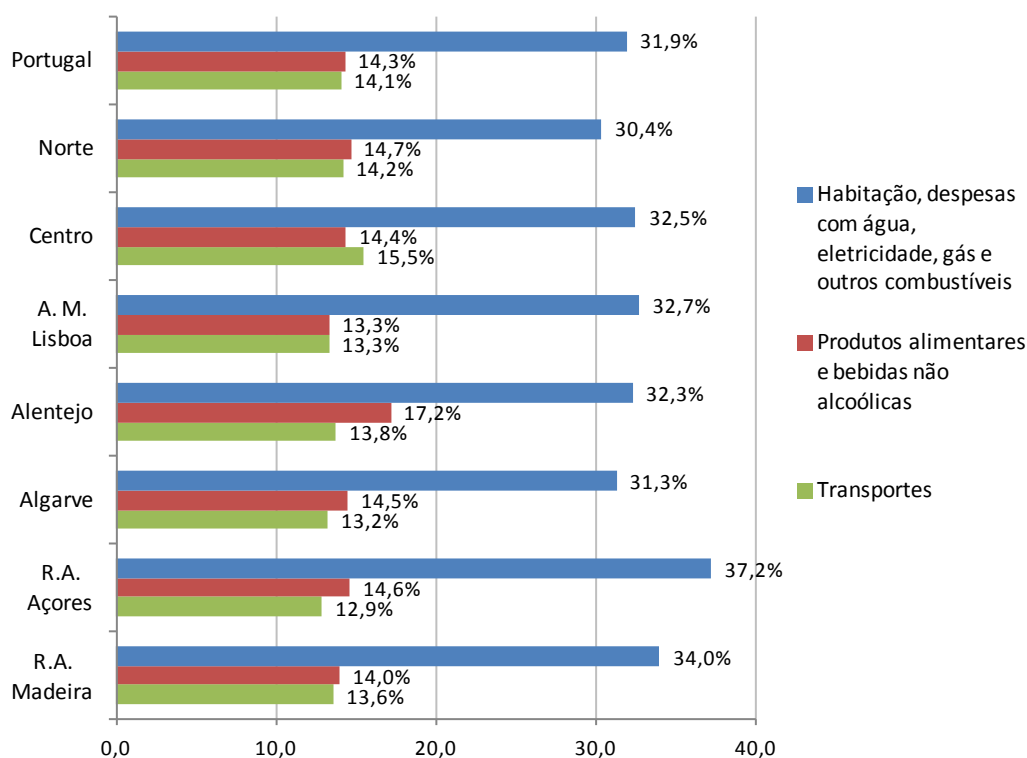


Fonte: Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016

O valor médio mais baixo foi de 16 856€, registado na Região Autónoma dos Açores. Também as regiões Norte (com 19 928€), Centro (18 875€), Alentejo (17 798€) e a Região Autónoma da Madeira (18 204€), apresentavam valores médios de despesa total inferiores à média global.

A repartição da despesa total anual média seguia um padrão idêntico em cada região NUTS II no que respeita às três componentes principais: despesas relacionadas com habitação, com alimentação e com transportes. A região Centro era a única em que o peso relativo da despesa em transportes surgia em segundo lugar, com as despesas em alimentação na terceira posição.

Figura 4: Estrutura da despesa total anual média por agregado, por principais componentes COICOP da despesa e NUTS II



Fonte: Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016

A proporção acumulada das despesas nestas três principais componentes, que no conjunto do país era de 60,3%, era mais significativa na Região Autónoma dos Açores (64,7%) e na região do Alentejo (63,2%), sendo de apenas 59,0% na região do Algarve.

A análise da estrutura da despesa por grau de urbanização permite verificar que as áreas predominantemente urbanas assumiam padrões de consumo similares aos do total do país. A proporção da despesa com habitação (31,9%), com produtos alimentares (13,8%) e com transportes (13,9%), perfazia cerca de 60% da despesa média anual das famílias residentes nas áreas predominantemente urbanas. Por outro lado, verificava-se uma maior concentração da despesa nas três principais componentes (divisões 01, 04 e 07) nas famílias residentes em áreas predominantemente rurais, com cerca de 64% da despesa anual média distribuída por habitação (32,4%), produtos alimentares (16,4%) e transportes (15,0%).

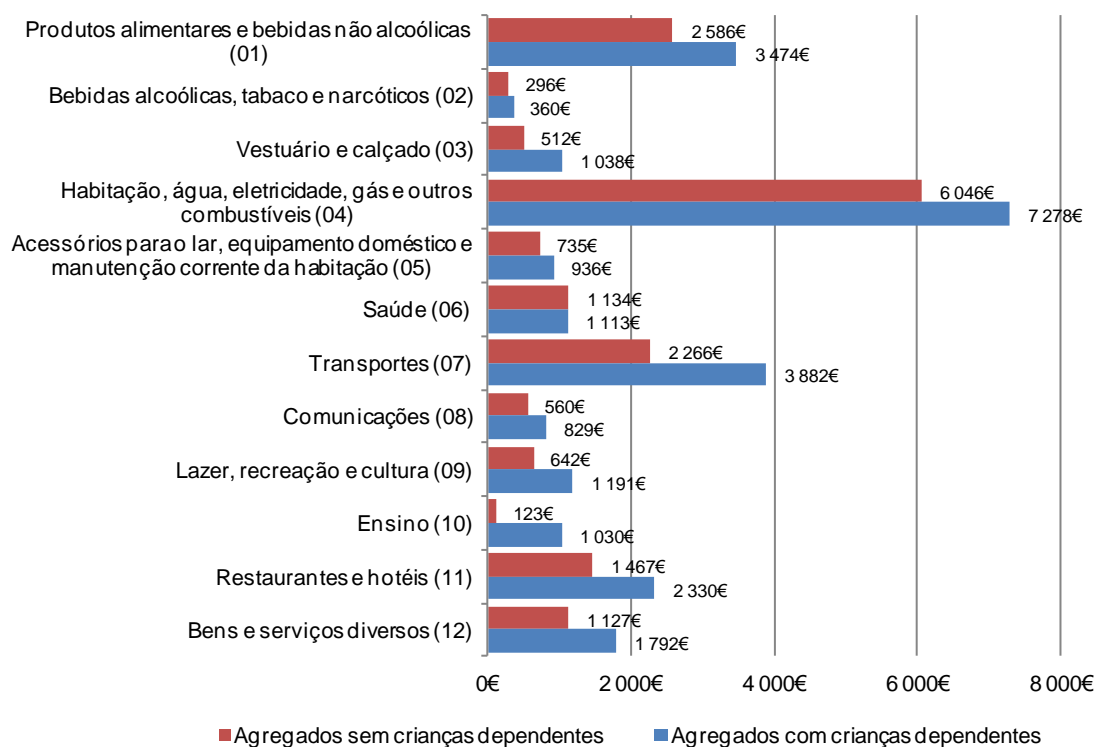
A despesa média foi mais elevada para as famílias com crianças e mais baixa para as famílias com idosos

A despesa total anual média dos agregados com crianças dependentes (25 254€) era cerca de 44% superior à dos agregados sem crianças dependentes (17 494€).

Em valores absolutos, este comportamento verificava-se em todas as divisões da COICOP, com exceção da divisão da "Saúde" em que os agregados sem crianças dependentes (1 134€) registaram uma despesa média anual superior (+1,9%) ao registado pelos agregados com crianças dependentes.

Nas despesas com "Ensino" observou-se a maior disparidade entre os dois tipos de agregado familiar em análise, com gastos cerca de oito vezes superiores nos que incluíam crianças dependentes (1 030€ face a 123€ nos agregados sem crianças). Similarmente, os valores registados pelos agregados com crianças dependentes nas despesas relacionadas com "Vestuário e calçado", "Lazer, distração e cultura" e "Transportes" eram cerca de duas vezes mais elevados do que nos agregados sem crianças.

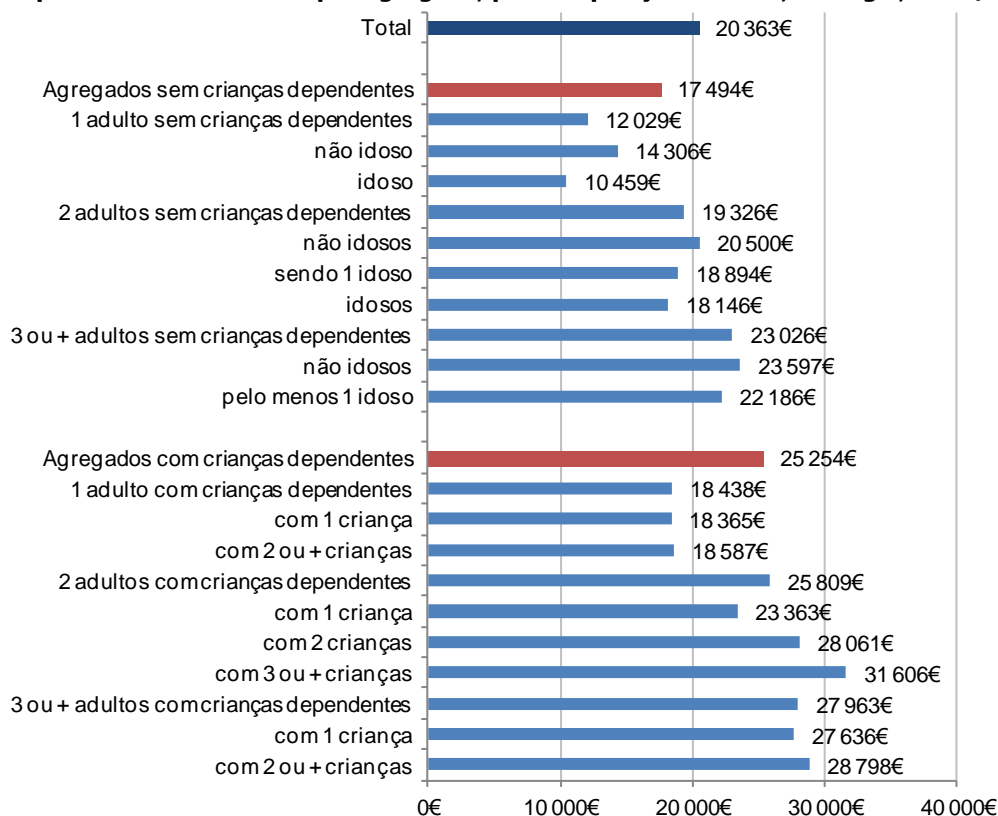
Figura 5: Despesa total anual média por agregado segundo a COICOP, por composição do agregado, Portugal, 2015/2016



Fonte: Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016

Nos agregados sem crianças dependentes, o fator idade condicionava a despesa média. Tomando como referência os agregados compostos por um adulto sem crianças dependentes, verificava-se que nos agregados com um adulto não idoso a despesa média (14 306€) situava-se 19% acima da despesa média global para os adultos que viviam sós (12 029€), enquanto nas situações em que o adulto era idoso, a despesa descia para 10 459€. Este comportamento verificava-se igualmente nos agregados constituídos por dois adultos ou por três ou mais adultos (sem crianças) com pelo menos uma pessoa idosa.

Figura 6: Despesa total anual média por agregado, por composição familiar, Portugal, 2015/2016



Fonte: Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016

A desigualdade da despesa média por classes de rendimento foi mais significativa na região Norte

A análise dos padrões de despesa média por adulto equivalente permite harmonizar os dados das diferentes famílias relativamente à sua dimensão e composição etária, viabilizando a comparação dos resultados com base num padrão equivalente a um agregado unipessoal.

Considerando a despesa média dos agregados por classes de rendimento total por adulto equivalente, observa-se que os agregados do 1º quintil (20% dos agregados com menores rendimentos) apresentavam um valor de despesa de 11 453€, ou seja, pouco mais de metade (56%) da despesa média total (20 363€). No outro extremo, os agregados com rendimento equivalente correspondente ao 5º quintil (20% com maiores rendimentos) registavam uma despesa média total superior à média nacional em cerca de 61% (32 803€).

Por regiões, a desigualdade da despesa média anual entre os agregados pertencentes ao primeiro e ao último quintil era mais significativa na região Norte (em média, os 20% agregados com maiores recursos gastavam três vezes mais do que os agregados com menores recursos), sendo a Região Autónoma da Madeira aquela em que verificava uma desigualdade mais reduzida (2,3) entre o nível de despesa média daqueles com maiores e menores recursos.

Figura 7: Despesa total anual média por agregado por quintis de rendimento total equivalente, NUTS II, 2015/2016

unidade: €

	Portugal	Norte	Centro	A. M. Lisboa	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira
Despesa total anual média por agregado	20 363	19 928	18 875	23 148	17 798	20 459	16 856	18 204
1º quintil	11453	11720	10 546	11876	11512	12 187	10 628	12 426
2º quintil	14 803	15 243	14 846	14 914	12 872	15 137	14 345	13 966
3º quintil	18 875	18 799	19 894	18 896	17 145	18 445	16 285	17 493
4º quintil	23 475	24 464	24 053	23 049	21 199	23 076	20 304	20 664
5º quintil	32 803	35 019	30 073	33 685	28 322	31 194	27 484	28 867

Fonte: Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016

Rendimento total mais elevado nas áreas predominantemente urbanas

Os resultados do Inquérito às Despesas das Famílias permitem ainda uma análise do rendimento total líquido anual médio dos agregados familiares. Esta análise, dirigida ao conjunto dos rendimentos monetários e não monetários, permite nomeadamente complementar, a cada 5 anos, os resultados relativos à distribuição do rendimento disponível monetário apurados anualmente no Inquérito às Condições de Vida e Rendimento.

De acordo com o IDEF 2015/2016, o rendimento total líquido anual médio dos agregados familiares em 2014 foi de 23 635€, ou seja, uma média de 1 970€ mensais.

Por regiões, o valor mais elevado do rendimento total líquido anual por agregado familiar encontrava-se na Área Metropolitana de Lisboa (28 101€), a única região com um valor superior à média nacional. O rendimento total médio por agregado mais baixo verificou-se na região Centro com o valor de 21 100€.

Figura 8: Rendimento total líquido anual médio, NUTS II, 2014



Fonte: Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016

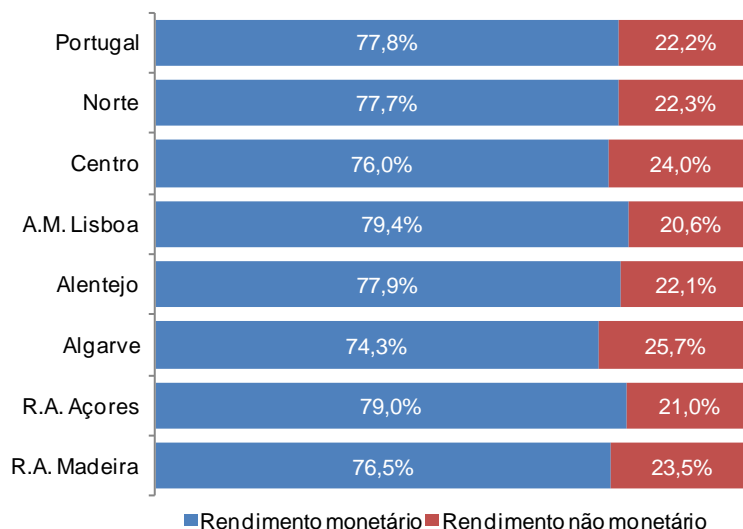
Em 2014, as famílias residentes em áreas predominantemente urbanas usufruíram de um rendimento total líquido anual médio de 25 334€, ou seja mais 7,2% do que a média do país (23 635€), enquanto o rendimento total líquido anual médio das famílias residentes em áreas predominantemente rurais era o mais reduzido (18 397€), ou seja, menos 22,2% do que a média nacional.

De acordo com os resultados do IDEF 2015/2016, o rendimento monetário líquido médio representava 77,8% do rendimento total líquido médio dos agregados, correspondendo 22,2% ao rendimento não monetário, composto pelo autoconsumo, autoabastecimento, autolocação (rendas subjetivas) e recebimentos gratuitos ou a título de salário. A predominância do rendimento monetário no rendimento total das famílias era transversal a todas as regiões, com proporções entre 74,3% no Algarve e 79,0%, na Região Autónoma dos Açores.

No que respeita ao rendimento não monetário, os rendimentos resultantes de autolocação (i.e., o valor estimado pelos agregados proprietários ou usufrutuários de alojamento gratuito de uma renda hipotética da sua residência principal) eram a principal componente, representando 72,7% do rendimento não monetário médio e 16,1% do rendimento total líquido médio das famílias.

O contributo do rendimento não monetário na formação do rendimento total era mais importante nas áreas rurais (25,2%) e nas áreas mediantemente urbanas (25,0%) do que nas áreas predominantemente urbanas (21,4%), principalmente devido ao contributo do autoconsumo e autoabastecimento (mais 2,0 p.p. nas áreas mediantemente urbanas e mais 2,8 p.p. nas áreas rurais, quando comparado com o peso de 0,7% nas áreas predominantemente urbanas).

Figura 9: Estrutura do rendimento total líquido anual médio por tipo de rendimento, NUTS II, 2014



Fonte: Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016

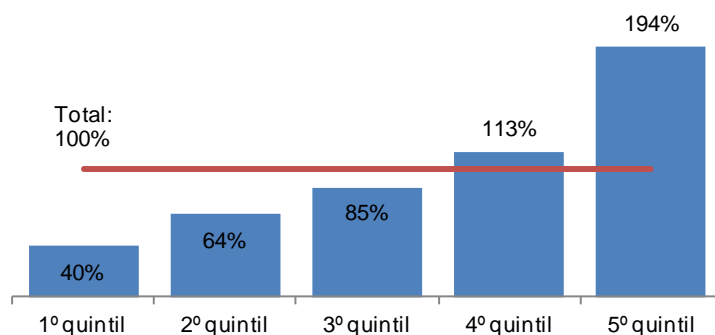
Risco de pobreza mais acentuado nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira

Os resultados relativos ao rendimento apresentados até agora respeitam a famílias com diferentes tipologias, o que dificulta a sua análise comparativa. A aplicação de uma escala de equivalência permite harmonizar os dados das diferentes famílias relativamente à sua dimensão e composição etária, viabilizando a comparação dos resultados com base num padrão equivalente a um agregado unipessoal.

Uma análise da distribuição do rendimento total anual médio por quintis de rendimento total equivalente mostra que em 2014 o rendimento líquido anual médio dos agregados que pertenciam ao 1º quintil (9 359€) era inferior em 60% ao rendimento anual médio total (23 635€).

Os agregados do último quintil de rendimento total por adulto equivalente detinham um rendimento médio de 45 921€ em 2014, i.e. cerca de 1,9 vezes superior ao valor de referência global (23 635€).

Figura 10: Distribuição do rendimento líquido anual médio por quintis de rendimento total equivalente, 2014



Fonte: Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016

Para identificar o risco de pobreza e a desigualdade em 2014 a nível regional, e tomando como referência o rendimento total por adulto equivalente, procedeu-se à estimação da taxa de risco de pobreza e do coeficiente de Gini para cada região NUTS II, o que permitiu constatar que o risco de pobreza e a desigualdade na distribuição do rendimento variavam de forma significativa entre as diversas regiões do país.

As regiões autónomas dos Açores e da Madeira, com taxas de risco de pobreza subjacente ao rendimento total superiores a 20%, foram em 2014 as regiões em que a percentagem da população com um rendimento total por adulto equivalente inferior ao limiar de pobreza foi mais elevada. Também a região Norte apresentava uma taxa de pobreza superior à média nacional. As regiões do Centro, Alentejo e Algarve, e sobretudo a Área Metropolitana de Lisboa, apresentavam taxas de risco de pobreza mais baixas do que o conjunto do país.

Figura 11: Indicadores de desigualdade e pobreza (rendimento total), NUTS II, 2014

unidade: %

	Taxa de risco de pobreza	Coeficiente de Gini
Norte	17,7	29,8
Centro	15,4	28,0
A. M. Lisboa	12,4	33,9
Alentejo	15,6	28,2
Algarve	15,6	29,4
R.A. Açores	27,5	33,8
R. A. Madeira	21,6	31,7
Portugal	15,9	31,6

Fonte: Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016

Relativamente à desigualdade na distribuição do rendimento total em cada região, a Área Metropolitana de Lisboa e as regiões autónomas dos Açores e da Madeira registaram os valores mais elevados para o coeficiente de Gini subjacente ao rendimento total, registando níveis de desigualdade do rendimento total por adulto equivalente (respetivamente 33,9%, 33,8% e 31,7%) superiores à média nacional (31,6%).

Os resultados do inquérito viabilizam ainda a comparação entre o rendimento total por adulto equivalente e o rendimento monetário equivalente, verificando-se que os rendimentos não monetários tiveram, em 2014, um papel “equalizador” e de atenuação do fenómeno da pobreza e da exclusão social. Os rendimentos não monetários, correspondentes a autoconsumo, autoabastecimento, autolocação e recebimentos e salários em géneros, com um peso de 22,2% no rendimento total das famílias, permitiram uma redução de 3,4 p.p. no coeficiente de Gini e de 3,3 p.p. na taxa de risco de pobreza em 2014.

Figura 12: Distribuição do rendimento total e do rendimento monetário equivalente e indicadores de desigualdade e pobreza, Portugal, 2014

	Rendimento total	Rendimento monetário
Rendimento equivalente médio	13 852 €	10 821 €
S80/S20	5,0	6,1
S90/S10	8,0	10,3
Coefficiente de gini	31,6%	35,0%
Limiar de Pobreza (60% da mediana do rendimento equivalente)	6 951€	5 070 €
População em risco de pobreza	15,9%	19,1%

Fonte: Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016

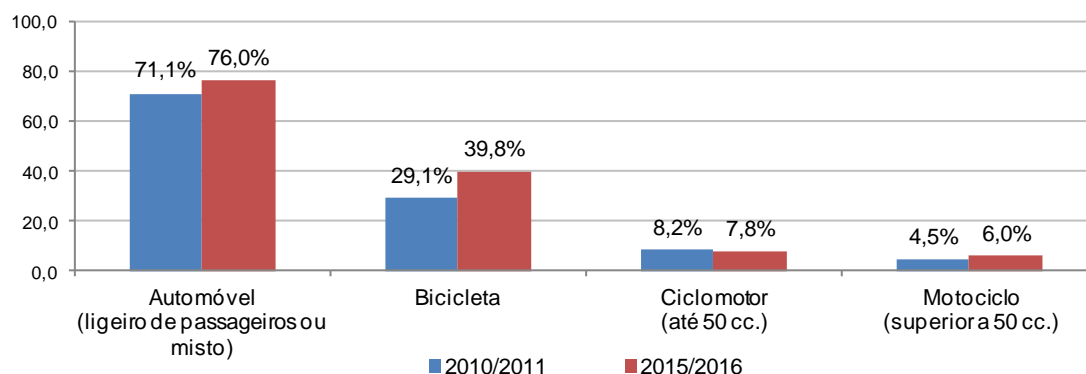
Aumentou o número de famílias com bicicleta

O Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016 permitiu ainda obter um conjunto de informação sobre bens e equipamentos de conforto básico dos agregados familiares, nomeadamente no que se refere a meios de transporte.

Em 2015/2016, mais de três quartos dos agregados familiares em Portugal (76,0%) tinham automóvel, ou seja, um aumento de quase 5 p.p. face a 2010/2011.

A bicicleta era um meio de transporte detido por quase 40% das famílias portuguesas, uma proporção significativamente diferente da relativa a ciclomotores (7,8%) e motociclos (6,0%). Verificou-se ainda que esta proporção foi a que mais aumentou (10,7 p.p.) face a 2010/2011.

Figura 13: Agregados familiares com acesso a algum meio de transporte, Portugal, 2010/2011 e 2015/2016



Fonte: Inquérito às Despesas das Famílias 2010/2011, 2015/2016

Por região NUTS II, a região Centro foi aquela com proporções mais elevadas relativamente à disponibilidade de automóvel (78,2%) e de bicicleta (50,7%). Na Região Autónoma da Madeira apenas 12,3% das famílias tinham bicicleta.

Figura 14: Agregados familiares com acesso a algum meio de transporte, por NUTS II, 2015/2016

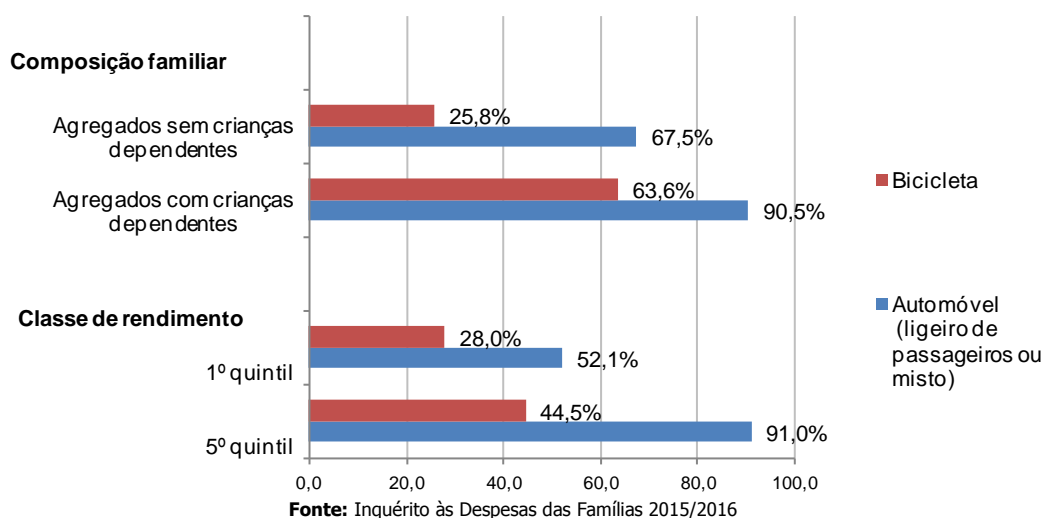
	Portugal	Norte	Centro	A.M. Lisboa	Alentejo	Algarve	R.A. Açores	R.A. Madeira
Automóvel (ligeiro de passageiros ou misto)	76,0	76,6	78,2	74,7	71,6	77,1	75,5	72,7
Bicicleta	39,8	37,2	50,7	36,6	42,9	38,0	29,7	12,3
Ciclomotor (até 50 cc.)	7,8	9,4	12,3	2,7	7,8	9,0	5,1	19,9
Motociclo (superior a 50 cc.)	6,0	5,5	7,7	5,0	5,7	6,0	7,3	7,8

Fonte: Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016

A disponibilidade de automóvel era mais frequente entre as famílias com crianças (90,5%), e entre as que tinham rendimentos mais elevados (91,0% das famílias no 5.º quintil de rendimento, i.e. mais 15 p.p. do que a média nacional).

A posse de bicicleta era mais frequente entre as famílias com crianças (63,6%), 23,8 p.p. acima da média nacional.

Figura 15: Agregados familiares com acesso a algum meio de transporte, por composição familiar e classe de rendimento, Portugal, 2015/2016



Nota metodológica

O Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016 – IDEF 2015/2016 – realizado entre março de 2015 e março de 2016, constitui a edição mais recente da série de inquéritos quinquenais sobre orçamentos familiares (IOF) iniciada na década de 60.

O desenvolvimento destes inquéritos visa em primeiro lugar a atualização periódica da estrutura das despesas da população residente no país, pilar fundamental para a manutenção do cabaz de bens e serviços utilizado no Índice de Preços do Consumidor. Foram também recolhidos dados sobre o rendimento disponível monetário e não monetário dos agregados familiares e alguns indicadores de conforto básico.

Para o IDEF 2015/2016 foi selecionada uma amostra aleatória estratificada e multietápica, representativa dos agregados familiares residentes em alojamentos não coletivos no território nacional.

O dimensionamento da amostra utilizou a estratificação por NUTS II e critérios associados aos erros relativos de amostragem a priori, cujo cálculo se baseou num conjunto de dados sobre rendimento e classes de despesa monetária recolhidos em 2010/2011. De modo a cumprir os critérios de dimensionamento préestabelecidos, a amostra nacional foi constituída por 17 790 alojamentos, tendo sido distribuídos de forma uniforme ao longo das 26 quinzenas que constituem o período de inquirição.

A amostra foi selecionada aleatoriamente a partir do Ficheiro Nacional de Alojamentos, seguindo um esquema de amostragem estratificado (estratificação por NUTS II) e multietápico: as unidades primárias, constituídas por células da grid INSPIRE de 1km², foram selecionadas com probabilidade proporcional à dimensão do número de alojamentos de residência principal e as unidades secundárias (alojamentos) foram selecionadas sistematicamente dentro das unidades da 1ª etapa. É recolhida informação sobre todos os agregados e todos os indivíduos residentes nos alojamentos selecionados.

A taxa de respostas global corresponde ao quociente entre o número de entrevistas conseguidas e válidas (11 398) e a dimensão da amostra (17 790), ou seja, 64%. Considerando em denominador apenas os alojamentos elegíveis e contactados (15 665), obtém-se uma taxa de respostas específica de 73%.

A recolha das despesas em bens e serviços de consumo corrente concretiza-se através do inventário diário e posterior registo informático de todas as despesas feitas por cada família selecionada durante uma quinzena. Os restantes dados, em particular os relativos a despesas retrospectivas (até 1 ano antes do período de referência), a rendimentos e bens de conforto, foram recolhidos através de entrevista direta assistida por computador (CAPI, ou Computer Assisted Personal Interview em inglês).

Os dados sobre despesas de bens ou serviços cuja classificação de acordo com a COICOP está associada a um período de referência quinzenal, mensal ou trimestral, foram anualizados através da aplicação de um fator multiplicativo que têm em conta o número de períodos no ano: 26 no caso a periodicidade ser quinzenal, 12 no caso da periodicidade mensal, e 4 no caso de consumos a que está associada periodicidade trimestral.

Os resultados estimados foram obtidos a partir da aplicação dos ponderadores de agregado familiar. Estes permitem reproduzir as condições reportadas pelos respondentes para o conjunto de famílias residentes em Portugal, de acordo com pressupostos de semelhança em termos de região, grau de urbanização, dimensão familiar e características dos indivíduos (sexo, grupo etário, nível de escolaridade) que constituem os agregados. No cálculo destes ponderadores foi introduzido um fator para a correção das não respostas, sendo que as fontes de informação utilizadas para as variáveis de calibragem foram os resultados dos Censos 2011, e ainda os resultados provisórios do ICOR 2015 para a estrutura das classes de nível de escolaridade.

Os resultados apresentados baseiam-se em despesas totais (englobando quer as despesas monetárias, quer as despesas não monetárias), e correspondem a despesas anuais médias, ou seja, médias anuais por agregado familiar.

A **despesa total** é composta pela soma da despesa monetária com a despesa não monetária, sendo que a componente monetária refere-se a todas as compras de bens e serviços, no país ou no estrangeiro, quer sejam para consumo imediato pelo agregado, oferta ou armazenamento, abarcando um período de referência retroativo até aos 12 meses anteriores. As compras são avaliadas pelo seu valor total independentemente do modo ou momento do pagamento. A despesa não monetária abrange o autoconsumo (bens alimentares e outros de produção própria), o autoabastecimento (bens ou serviços obtidos sem pagamento em estabelecimento explorado pelo agregado), a autolocação (autoavaliação pelos agregados proprietários ou usufrutuários de alojamento gratuito de valor hipotético de renda de casa), recebimentos em géneros e salários em espécie.

O **Rendimento Total** é composto pela soma do Rendimento Monetário com o Rendimento não Monetário. O rendimento Monetário Líquido inclui os rendimentos obtidos pelos agregados através de cada um dos seus membros, provenientes do trabalho (por conta de outrem e conta própria), de propriedade e capital, de pensões (nacionais ou provenientes do estrangeiro), de outras transferências sociais (apoio à família, à habitação, ao desemprego, doença e invalidez, educação e formação, inclusão social) e de outras transferências privadas (de agregados domésticos privados e outras transferências n.e.), aos quais foram deduzidos os impostos sobre o rendimento e as contribuições para regimes de proteção social. O rendimento não monetário coincide com a despesa não monetária. Os dados sobre rendimento recolhidos no IDEF 2015/2016 referem-se ao ano de 2014.

O **rendimento por adulto equivalente** obtém-se dividindo o rendimento de cada agregado pela sua dimensão em termos de adultos equivalentes, utilizando a escala de equivalência modificada da OCDE. A escala de equivalência modificada da OCDE atribui, dentro de cada agregado, um peso de 1 ao primeiro adulto de um agregado; 0,5 aos restantes adultos (14 e mais anos) e 0,3 a cada criança.

Coefficiente de Gini: indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição. Assume valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo).

Taxa de risco de pobreza: proporção da população cujo rendimento equivalente, após transferências sociais, se encontra abaixo da linha de pobreza.

A **linha de pobreza relativa** é o limiar do rendimento abaixo do qual se considera que uma família se encontra em risco de pobreza. Este valor foi convencionado pela Comissão Europeia como sendo o correspondente a 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente de cada país.

No contexto deste inquérito são consideradas **crianças dependentes** os indivíduos até 16 anos (inclusive), ou até 24 anos se economicamente dependentes (não exerçam uma atividade ou estejam desempregados).